

# **PESQUISA EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM INTER-RELAÇÃO COM A EDUCAÇÃO COMPARADA**

Maria Silvia Cristofoli, Universidade Federal da Fronteira Sul, [mscristofoli@uffs.edu.br](mailto:mscristofoli@uffs.edu.br)

## **Introdução**

As políticas de formação de professores são fruto de um dado momento e se materializam num espaço definido, qual seja, o nacional. Apesar disso, com o avanço acelerado e a presença cada vez mais incisiva das lógicas neoliberais, que nos aproximam e nos colocam situações similares anteriormente vividas por outros atores e em outras realidades educacionais (Sartori, Cristofoli, 2024), o nacional, em termos de políticas públicas, é fortemente influenciado pelo internacional. Assevera Yang (2015) que há um deslocamento das políticas educacionais do estritamente nacional para o transnacional.

Apesar de algumas “incertezas teóricas”, como afirma Ball (1995, apud Yang, 2025), “abordar essas questões é importante, parcialmente porque os debates sobre políticas de educação estão se intensificando ao redor do mundo.” (Yang, 2015, 319) num cenário de mudanças.

Final do século XX, Franco (2000) já chamava nossa atenção para o que é um dos princípios da educação comparada na contemporaneidade: a possibilidade de nos conhecer mais e melhor e nos (re)conhecer ao nos debruçarmos, cientificamente e com método rigoroso, a conhecer o “outro”, a “outra realidade”.

Com essas palavras preliminares, o propósito com este texto, fruto de reflexões teóricas, de pesquisas próprias e orientadas é mostrar a pertinência dos estudos sobre políticas educacionais em implementação, articuladas com os estudos comparados para melhor conhecer, entender e analisar políticas de formação docente no Brasil. Ao mesmo tempo, e nos limites deste resumo, trazemos algumas bases teóricas e metodológicas que embasam os estudos, exemplificadas em duas dissertações de mestrado sobre políticas para formação de professores alfabetizadores e de educação infantil comprando Brasil e Argentina.

## Desenvolvimento

Os aspectos teóricos que dão suporte aos estudos e pesquisas de que trataremos nesta seção, iniciam com autores da análise de políticas públicas, alicerçados na dimensão da *policy*, isto é “no conteúdo material das decisões políticas” (Muller; Surel, 2010). Também, nossos estudos se debruçam na implementação das políticas, pois trata-se da política em movimento.

Dito de outro modo, e como destaca Arretche (2001, 46), devemos superar a concepção ingênua ao avaliar políticas públicas, pois “é prudente, sábio e necessário, então, admitir que a implementação modifica as políticas públicas”. Estudar as políticas educacionais em implementação “inclui tanto as atividade-meio que viabilizam o desenvolvimento do programa, quanto a atividade-fim ou a execução propriamente dita” (2001, p.30).

Em definição mais recente, de acordo com O’Toole Júnior (apud Faria, 2012, p.10) implementação “se refere à conexão entre a expressão da intenção governamental e os seus resultados na prática”. Assim, para efeitos deste texto, no entendimento de prática são considerados os cursos de licenciatura e suas matrizes curriculares, como materialidade entre as proposições governamentais e a efetivação das políticas nos cursos de formação de professores para educação básica.

No que concerne aos estudos comparados nossos estudos e pesquisas incorporam as fases do método comparado em educação: descritiva, interpretativa, de justaposição e comparativa (Caballero, et al, 2016). Também, indispensáveis, os princípios da educação comparada para identificação de semelhanças e diferenças em cada realidade estudada.

Essas pesquisas têm como foco a formação de professores no curso de Pedagogia e equivalentes. São de natureza internacional tendo como recorte espacial dois países e como recorte temporal, as políticas vigentes (Bonitatibus, 1989). Ambas foram de natureza documental (Cellard, 2008)

A dissertação de Ferrari (2018) identificou como a formação dos professores alfabetizadores resulta em melhor performance das crianças argentinas, se comparado com os resultados brasileiros<sup>1</sup>. Apontou que o currículo diferenciado nos cursos na Argentina permite qualificar a formação para alfabetizar. No caso do Brasil, a

---

1 Foi realizado levantamento prévio a partir dos Estudos Regionais Comparativos em Educação – ERCE.

fragmentação na formação, menor presença de disciplinas específica induz a uma formação mais frágil e, conseqüentemente, dificuldades na prática de alfabetização das crianças.

De forma semelhante quanto ao recorte espacial, Cousseau (2020) ao analisar a formação dos professores de educação infantil no Brasil, parte da sua prática docente, se percebendo com lacunas formativas. Constata que na realidade argentina o professor para educação infantil tem sua formação mais completa e fortemente direcionada, desde os fundamentos até as metodologias e formação complementar. Desse modo, muito diferente da formação em Pedagogia no Brasil.

Os achados das duas pesquisas ratificam as análises de Gatti, et al, (2019) quando dentre outros aspectos, apontam para fragilidade formativa de nossos cursos de Pedagogia, muito generalistas.

Das potencialidades, ambas pesquisas trazem um profuso estudo documental de base para estudos derivados. Ao mesmo tempo, por trabalhar apenas com documentos, evidencia-se um dos limites dos estudos comparativos de políticas educacionais: a não imersão na realidade local, a falta de diálogo com os atores locais que implementam essas políticas, que efetivam essas práticas curriculares. Nesse sentido temos apenas o conteúdo dos documentos. Para a maior parte dos estudos de estudo de natureza comparativa, dialogar, conhecer de perto esse “outro” oportuniza ampliar os indicadores analíticos e análises.

### **Considerações finais**

Estudar as políticas nacionais de formação de professores continua sendo atual e pertinente. Mas é possível qualificar e sofisticar as análises, sem abandonar referenciais teóricos e analíticos da área, incrementando a esses referenciais o método, as categorias e indicadores dos estudos comparados em educação.

Apesar da complexidade que impõem ao pesquisador, os estudos já realizados nos permitem realizar análises mais densas e ter uma melhor compreensão das políticas nacionais para formação de professores.

Ao comparar os currículos de formação nos dois países os estudos de Ferrari (2018) e Cousseau (2020) apontam fragilidades na formação docente no Brasil e se

aproximam às críticas de autores como Gatti (et al, 2019) o que permitiu adensar as problematizações sobre as políticas de formação vigentes no Brasil.

Quanto à dimensão metodológica, apesar de diversas vantagens, a perspectiva comparada impõe alguns limites e dificuldades, particularmente a pesquisadores iniciantes que precisam se apropriar das ferramentas teóricas e metodológicas tanto das análises de política públicas quanto da Educação Comparada. Contudo, as limitações de formação e de tempo para realizar as pesquisas podem ser sanadas ou superadas se se tratar de pesquisas em rede ou intencionalidade individual do pesquisador em dar prosseguimento aos estudos em nível de doutorado.

Como argumenta Bray (2015, 46) “acadêmicos, (...) fazem comparações para melhorar sua compreensão de muitos aspectos, inclusive o das forças que moldam os sistemas educacionais e o papel da educação no desenvolvimento social e econômico”. Portanto, defendemos que estudos comparados documentais continuem sendo desenvolvidos em nível de pós-graduação *stricto sensu* servindo de base para estudos comparativos posteriores que incluam o deslocamento, a imersão na outra realidade e o diálogo com os atores locais implementadores das políticas educacionais.

## **Referências**

- ARRETCHE, M. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília, CARVALHO, Maria do Carmo. **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC SP, 2001
- BONITATIBUS, S.G. **Educação comparada**: conceito, evolução, métodos. São Paulo: EPU, 1989.
- BRAY, M. Atores e finalidades na educação comparada. In: BRAY, M.; ADAMSON, B.; MASON, M. (orgs.). **Pesquisa em Educação Comparada**: abordagens e métodos. Brasília: Liber Livro, 2015.
- CABALLERO, A. et al. Investigación en educación comparada: pistas para investigadores noveles. RELEC. A.7, n.9, p.39-56, 2016
- CELLARD, J. A análise documental. In: POUPART, J, et al (orgs.) A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: vozes, 2008

COUSSEAU, J.K. **O lugar da educação infantil: a formação de professores para a infância na Argentina e Brasil.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Chapecó, SC, 116 f, 2020.

DRAIBE, S. Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas. In: BARREIRA, M.C; CARVALHO, M.C (orgs). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUC SP, 2001

FERRARI, F. X. P. **Políticas para formação de professores alfabetizadores: um estudo comparado entre o Brasil e a Argentina.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, Chapecó, SC, 140f, 2018.

FRANCO, M. C. Quando nós somos o outro: questões teórico-metodológicas sobre os estudos comparados. **Educação & Sociedade**, ano 21, n. 72, p.197-230,ago. 2000.

FARIA, C. A. P.. **Implementação de políticas públicas: teoria e prática.** Belo Horizonte: Ed.PUC Minas, 2012.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas.** Pelotas: EDUCAT, 2010

SARTORI, J.; CRISTOFOLI, M.S. A escola e suas contradições em tempo neoliberal: Reflexões sobre a escola contemporânea e neoliberalismo. **Educação, Ciência e Cultura.** V. 29n. 3, 1-14, dez., 2024.

YANG, R. Comparações entre políticas. In: BRAY, M.; ADAMSON, B.; MASON, M. (orgs.). **Pesquisa em Educação Comparada: abordagens e métodos.** Brasília: Liber Livro, 2015.